

1 MINUTA DA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE 2 SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA

3 No dia onze de outubro de 2019, às 11:00h, iniciou-se a 39ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Segurança
4 Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina Pimenta Assunção,
5 representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), e prosseguimento com a pauta, conforme relatados
6 a seguir. A reunião ocorreu no auditório da Fundação Renova na cidade de Belo Horizonte/MG. Os participantes
7 constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates
8 ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da deliberação 7 do Comitê Interfederativo.

9 **1 - Informações da Coordenação da CT-SHQA:** A Sra. Regina Pimenta, representante do IGAM e coordenadora desta
10 Câmara Técnica, iniciou a reunião informando que houve o pedido do Comitê Pro Rio Doce para que as Câmaras
11 Técnicas enviem as pautas das Reuniões Ordinárias com no mínimo cinco dias de antecedência da data de cada
12 reunião, para que assim, tenham o acesso e acompanhamento das ações e tratativas relacionadas ao Rio Doce. Será
13 avaliado a possibilidade de inclusão das pautas também no site do CIF₇ para fortalecer a divulgação de todos os
14 assuntos tratados na Câmara. A Sra. Regina Pimenta informou que foi finalizado COE2 – Comitê do Piracicaba, onde
15 o relatório criado ficou consistente a ponto de que seja utilizado a mesma metodologia para todas as unidades de
16 planejamento da bacia do doce, usando como subsídio do plano integrado de bacia. A coordenadora também
17 informou sobre a 1ª Oficina proposta do PG31 – GAT e Fundação Renova, onde a Sra. Fernanda Oliveira
18 representante do SEMAD, representará a Câmara Técnica de segurança hídrica e qualidade da água nesta oficina
19 que ocorrerá na segunda quinzena do mês de outubro na cidade de Mariana/MG. A Sra. Regina Pimenta lembrou
20 ainda sobre a solicitação da CT ao Ministério Público Federal referente aos convites que a Câmara tem recebido para
21 participar de sessões em Assembleias Legislativas e Audiências Públicas. A CT recebeu como resposta um Despacho
22 onde a orientação é de que os convites sejam passados ao CIF e que este, assim, delibere a participação de membros
23 das Câmaras Técnicas que sejam pertinentes para cada discussão propostas. Não houve aprovação da ata da 38ª
24 Reunião Ordinária CT-SHQA, devido alguns membros terem interesse de contribuir através de consulta ao áudio.

25 **2 – Informes GT-Abastecimento; 2 – Informes GT-Abastecimento:** A Sra. Rafaeli Brune, representante do IEMA, fez
26 um breve relato sobre a reunião realizada dia 01.10.2019 do GT Abastecimento junto ao GT Água. A reunião entre
27 os GT's foi importante para esclarecer alguns contemplados no PMQACH relacionados às localidades da Cláusula
28 171 do TTAC. A Sra. Maria de Lourdes, representante da Fundação Renova, questionou que alguns pontos de
29 monitoramento do PMQACH são de água bruta e não deveriam ser comparados com a Portaria de Consolidação nº
30 5. Pede para que o GT abastecimento verifique a possibilidade de revisão desta diretriz. A Sra. Rafaeli Brune,
31 informou que será elaborada uma Nota Técnica pelo GT Abastecimento tendo como referência apenas as localidades
32 contempladas na Cláusula 171 e será encaminhada à CT-Saúde, visto que é a responsável por avaliar e acompanhar
33 o PMQACH. A Sra. Eliana Gregório, representante dos atingidos da localidade de Povoação, expos sobre a
34 preocupação do alto índice de contaminação da água disponibilizada para consumo humano. Solicitou que seja
35 verificada a água que é disponibilizada para a população e que tenha algum laboratório de confiança para
36 acompanhar a análise da qualidade da água disponibilizada pelo SAAE, pois relatou que a água está chegando nas
37 casas da região com cheiro forte de cloro e coloração não cristalina. A representante dos atingidos pediu também
38 que a população pudesse ter acesso para entender e acompanhar a coleta para avaliação e análise da água na ETA,
39 junto ao laboratório responsável pela coleta e análise da água. Os representantes da Câmara Técnica de Segurança
40 Hídrica e Qualidade da Água informaram que é competência de a Câmara Técnica da Saúde informar sobre o
41 monitoramento da água para o consumo humano, sendo que já foram divulgados dois boletins com os informes
42 referente ao monitoramento da qualidade da água. Completaram ainda que a responsabilidade de apresentação
43 dos laudos que comprovam a qualidade da água para a população é da Vigilância Municipal em Saúde e que a CT-
44 Saúde está trabalhando para melhorar a comunicação junto a população por entender que ainda existe falha no
45 repasse de informações de forma mais clara e eficiente. O Sr. Albino, representante da COPASA, explicou como são
46 realizadas as coletas e o acompanhamento das análises sobre o monitoramento da água que é disponibilizado para
47 a população, alertando sobre a garantia para o consumo humano da água disponibilizada pelas concessionárias,
48 diferente das águas minerais vendidas em galões, das quais não se tem controle do manuseio, armazenamento e
49 tratamento. O representante dos atingidos informou que tem verificado lama na caixa d'Água das residências. O Sr.
50 Heitor Moreira, representante do IGAM, informou que a população, ao verificar alguma anomalia na água que está
51 sendo fornecida para a população, deve informar as concessionárias para a verificação nos canos e instalações em
52 geral e até mesmo, se for o caso, contatar o Ministério da Saúde, vigilância Sanitária Municipal ou Estadual. Sr. Albino
53 Júnior, em resposta a dúvidas apresentadas pelos representantes dos atingidos, informou que na região de Pedra

54 Corrida, foi feito um poço artesiano para abastecimento da cidade, onde a medida alternativa inicial, que era a
55 retirada de água no rio Corrente, não será mais necessária. Explicou sobre o processo de análise de água que a
56 COPASA faz mediante solicitação do Ministério Público, com coletas diárias, quinzenais, mensais e semestrais, que
57 não consta resíduos de metal na cidade de Pedra Corrida, garantindo a água fornecida para a população. Completou
58 informando que já existe um projeto que resguarda sobre uma possível nova contaminação. O representante dos
59 atingidos de Governador Valadares deixou registrado a importância do acompanhamento psicológico para as regiões
60 que foram atingidas. Sobre a localidade de Povoação, a Sra. Rafaeli Brune, informou que a prefeitura de Linhares
61 encaminhou um pleito ao CIF solicitando a inclusão da ETA de Povoação no Programa de Melhoria dos Sistemas de
62 Abastecimento de Água. Lembrou ainda que desde que o rejeito chegou na foz do Rio Doce, não é realizada captação
63 no rio Doce, e sim em poço localizado dentro da ETA. Na sequência, a Sra. Rafaeli Brune, apresentou a proposta do
64 GT-Abastecimento para as próximas reuniões ordinárias da CT, onde a Fundação Renova deverá apresentar o
65 andamento do Programa 32 de forma sucinta, onde conste a situação da localidade, propostas, registros
66 fotográficos, mapas e planejamento. Estas apresentações serão divididas em 4 blocos: 1º bloco - localidades do
67 Espírito Santo; 2º bloco - localidade Governador Valadares; 3º bloco - localidades COPASA e 4º bloco: demais
68 localidades. Ainda sobre o assunto abastecimento, a Sra. Rafaeli Brune relatou que a Nota Técnica 37 não está sendo
69 cumprida na íntegra pela Fundação Renova e citou alguns exemplos. Na sequência, a Sra. Rafaeli Brune apresentou
70 Nota Técnica que se refere a análise do Recurso apresentado pela Fundação Renova sobre a notificação (multa)
71 aplicada pelo CIF em julho de 2019, tendo em vista o descumprimento da entrega dos projetos básicos conforme
72 cláusula nº 171 e descumprimento das deliberações nº 4 e nº 16. A Sra. Rafaeli Brune informou que a nota consiste
73 em manter a notificação nº 14 e que seja também mantido o prazo estabelecido em cláusula nº 171 para a entrega
74 das obras. A Sra. Ione Melo, representante da Fundação Renova, informou que será apresentado um novo
75 cronograma na próxima reunião (40ª Reunião CT-SHQA), pois foi considerado pelos membros desta Câmara que o
76 cronograma atual extrapola o prazo de entrega de obras previsto no TTAC.

77 **3 – Retorno da Câmara Técnica, pelos membros da COPASA, quanto ao pleito em Alpercata para a Fundação**
78 **Renova;** A Sra. Regina Pimenta, coordenadora da Câmara Técnica, informou que após solicitação da Fundação
79 Renova sobre um posicionamento referente a obra no município de Alpercata, foi solicitado ao município, um
80 retorno formal referente anuência, por ser uma obra fora da cláusula para o entendimento da real situação e
81 posteriormente a Câmara Técnica apresentar um parecer, encaminhando a deliberação para o CIF do mês de
82 novembro de 2019.

83 **4 – Proposta de padronização das apresentações dos pleitos dos municípios relativos ao PG31 nas reuniões do**
84 **CIF;** A Sr. Milena Paraíso Donô, representante do SEAMA, apresentou uma proposta de padronização em
85 documentos de apresentações de pleitos junto ao CIF, com intuito de esclarecer de forma mais clara e objetiva os
86 documentos que são de suma importância. Tendo em vista que as análises feitas pela Câmara são análises técnicas,
87 acredita que não é em todos os momentos que os membros votantes do CIF possuem um entendimento claro dos
88 assuntos apresentados. Desta forma, a Sra. Milena Paraíso Donô contextualizou de forma objetiva as diretrizes a
89 serem utilizadas para a construção das apresentações com intuito de que a Câmara utilize-as entendendo assim sua
90 funcionalidade para que posteriormente seja levado ao CIF para a deliberação, se necessário. Houve reação positiva
91 entre os membros quanto a apresentação e a Sra. Regina Pimenta, vai encaminhar o documento para conhecimento
92 e adequação nos próximos documentos a serem apresentados em reuniões.

93 **5 - Debate sobre as ações independentes das Prefeituras no PG31 diante da proximidade do período eleitoral;** A
94 Coordenadora da Câmara Técnica, Sra. Regina pimenta, informou que houve no ultimo CIF, questionamentos do
95 fórum de prefeitos quanto a demora do repasse dos recursos, referente ao Programa PG31 convidando assim os
96 representantes do BDMG e os representantes do Fórum de Prefeitos para o devido alinhamento referente a estes
97 repasses. A Sra. Sarah de Castro, representante do BDMG, explanou sobre toda a complexidade que existe no
98 processo, onde o banco já iniciou uma medida que está em andamento para otimização sem causar interferências
99 negativas no âmbito final que é o repasse aos municípios, uma vez que a baixa qualidade dos projetos apresentados
100 pelos municípios resulta em negativa do banco. Devido a essa situação, informou que houve a necessidade de
101 redesenhar cada projeto com os respectivos municípios, tendo havido um apoio muito significativo da Fundação
102 Renova que agilizou a entrega destes projetos. Também informou sobre a dificuldade de análise do processo
103 licitatório, e que estão sendo alinhadas junto aos municípios as orientações quanto as falhas na entrega da
104 documentação necessária. Os demais representantes do Banco, explicaram o processo interno sobre o repasse do
105 recuso entre Fundação Renova e os processos internos do banco, que existe a burocracia que precisa ser seguida.
106 Informou ainda que houve uma auditoria completa e que existe uma auditoria periódica aprovando todos os

107 processos onde entende que não haverá mais atrasos pelo Banco, garantindo ainda que, todos estão em dia, não
108 constando nada em atraso. Foi realizada uma breve explicação de como funciona o trâmite entre Banco e Fundação
109 Renova com prazos e gargalos e se colocaram à disposição para que seja apresentado pela Câmara e pelo Fórum de
110 Prefeitos, caso haja alguma sugestão de realinhamento destas etapas. Foi garantido pelos representantes do BDMG
111 a garantia de governança e repasse dos recursos. Os membros da Câmara Técnica alertaram quanto a importância
112 da transparência junto aos atingidos, para que estes entendam todos os passos para que o recurso chegue até o
113 município e também sobre a situação de repasses de verbas no período eleitoral. Que os membros da Câmara
114 tenham acesso ao sistema BI (Business Intelligence), por terem um acesso de interlocução junto aos prefeitos.
115 Também foi explanado sobre a preocupação quanto ao período eleitoral, o entendimento dos membros é de que as
116 prefeituras dos municípios tenham algum impedimento da emissão de ordem de serviços pelos prefeitos e
117 inauguração de obras. O Sr. Albino, representante da COPASA, apresentou uma situação que está em processo junto
118 ao BDMG referente ao projeto de esgotamento sanitário na cidade de Ipatinga/MG, onde a COPASA já apresentou
119 o projeto e teve uma devolutiva do banco com um número extenso de questionamentos que foi entendido pela
120 concessionária que poderiam ser evitados como questões técnicas, que haveria necessidade de um parecer da
121 CEMIG e sobre envio de documentos assinados de forma física. Para as duas situações citadas, o Sr. Albino informou
122 que já foi enviado um ofício para a prefeitura, onde a COPASA se responsabiliza pela parte operacional, evitando um
123 atraso de média de 180 dias, que é o período estimado de retorno da CEMIG sobre assuntos diversos. Também
124 informou que dentro de uma era dinâmica e digital, é importante considerar a possibilidade de envio dos
125 documentos de forma digitalizada com assinatura eletrônica. A representante do BDMG vai verificar junto ao setor
126 jurídico sobre a garantia da assinatura digital e demais questionamentos, mesmo entendendo que pode haver a
127 possibilidade de receber sim, o projeto digitalizado.

128 **6 - Informes GT-ESRS e apresentação de Nota Técnica de Pleitos de municípios mineiros;** A Sra. Fernanda Oliveira,
129 representante da SEMAD, informou que o município de Sobralia/MG teve pleito aprovado para obra e projeto
130 (NT11), contudo, ao realizarem a atualização do orçamento, identificaram que o valor não foi suficiente e solicitaram
131 o remanejamento para utilizar uma parte do recurso destinado à execução das obras para a elaboração dos projetos.
132 Mediante o pedido, a sra. Fernanda Oliveira informou que o GT esgotamento e resíduos sólidos promoveu uma
133 reunião entre seus membros, Fundação Renova e BDMG para avaliação de casos de pleitos similares. Como
134 encaminhamento dessa reuniões, foi proposto que a Fundação Renova e o banco BDMG, poderiam promover esse
135 tipo de remanejamento de recurso entre pleitos aprovados e com a mesma finalidade sem ser necessário de todo o
136 trâmite de envio para a aprovação da CT-SHQA e CIF, uma vez que já existe a aprovação dos valores e ainda existe
137 também todo o acompanhamento que o próprio BDMG realiza dos projetos para os repasses solicitados. A
138 Representante do BDMG, informou que entende que há a necessidade dessa aprovação, uma vez que o banco faz
139 esse acompanhamento e que garante que não existe perda de projeto. Houve entendimento e aprovação da
140 proposta apresentada pelos membros da CT-SHQA sobre o remanejamento dos pleitos que estão no âmbito da
141 mesma natureza sem limitar porcentagem. A Sra. Fernanda Oliveira mencionou ainda o indicativo de municípios
142 com interesse em solicitar novos pleitos com o recurso de rendimento dos montantes aos quais têm direito pelo PG-
143 031. Tal indicativo foi suscitado na reunião promovida entre GT-ESRS, Renova e BDMG. Devido ao fato de não haver
144 “regulamentos específicos” sobre o uso desse recurso, foi proposto pelo BDMG que a aplicação dos rendimentos
145 pudesse ser independente da proporcionalidade de 10% e 90% para ações de resíduos sólidos e para esgotamento
146 sanitário, respectivamente, conforme já estabelecido pelas Deliberações pertinentes ao tema. Contudo, foi
147 reforçado durante a plenária da CT-SHQA, que os rendimentos são oriundos dos recursos das cláusulas 169 e 170 e
148 que, portanto, devem seguir as mesmas diretrizes. Inclusive, há a previsão de mudança dos percentuais aplicados
149 para cada tipo de ação e essas previsões podem ser adotadas para o caso dos rendimentos e deverão ser analisadas,
150 a princípio, pela CT-SHQA.

151 **7 –Recomendações;** 1 - Que a CT-Saúde dê maior divulgação do boletim sobre a qualidade da água para consumo
152 humano, além de uma atenção à localidade de Povoação, onde a Vigilância Sanitária/Ambiental e o SAAE de Linhares
153 possam realizar uma reunião com a comunidade para repassar as informações do sistema de tratamento da água e
154 dos dados da qualidade da água distribuída, além de agendar uma visita na ETA com representantes da comunidade..
155 2 - Solicitação: acompanhamento psicológico pela CT-Saúde para as localidades de Governador Valadares, Povoação,
156 Regência e entre outras.

157

158

159 **8- Informação Extra Pauta;** A Sra. Emilia Brito, representante do IEMA e também representante do GT PMQQS,
 160 explicou sobre a qualidade de água segundo o relatório do QA/QC (Controle de Qualidade), solicitou que haja a
 161 interrupção da elaboração dos relatórios trimestrais e anual, mantendo-se apenas a elaboração do relatório de
 162 QA/QC, com frequência trimestral, para que seja garantida a qualidade dos dados gerados considerando os critérios
 163 de validação. Informou que essa definição parte de um entendimento do GTA-PMQQS e das instituições que o
 164 integram, uma vez que ocorreram divergências no relatório apresentado pela Fundação Renova devido a diversas
 165 situações como: perda de amostras, falta de amostras suficientes para as pesquisas necessárias, entre outros. Leu a
 166 minuta de Nota Técnica para maior entendimento dos membros onde sugere a Câmara Técnica que solicite à
 167 Fundação Renova a apresentação do plano para correção das incoerências identificadas e destacadas em minuta
 168 das Notas Técnicas apresentadas. Após considerações dos membros presentes em reunião, foram realizadas
 169 alterações necessárias nas minutas correspondentes a várias Notas Técnicas e concordância dos membros para
 170 envio e análise ao CIF ao mês de novembro/2019.

171 **9 - Encaminhamentos Finais:**

ITEM	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
Item 1	Encaminhar Relatório do CO2 – Piracicaba aos membros	-	Regina Pimenta
Item 1	Incluir nas pautas das reuniões da CT-SHQA, uma hora de apresentação do GT Abastecimento.	-	Coordenação CT-SHQA
Item 1	-Analisar a Nota Técnica nº 55, para possíveis considerações	18/10/2019	Membros CT-SHQA
Item 4	Replicar documento teste de padronização aos membros da CTSHQA para adequação do modelo para futuras apresentações do PG 31.	-	Coordenação CT-SHQA
Item 5	Enviar Ofício ao CIF para entendimento sobre execuções e inaugurações de obras no período eleitoral, solicitando posteriormente a Secex que envie comunicado aos municípios expondo as normas para tal situação no período eleitoral.	-	Coordenação CT-SHQA
Item 5	Dar retorno sobre a verificação do repasse do recurso no período eleitoral para os municípios.	14/11/2019	BDMG
Item 5	Apresentar projeto com intuito de dar celeridade quanto ao PG31	-	Fundação Renova
Item 8	Enviar um Ofício para a Fundação Renova de advertência	Outubro	Coordenação CT-SHQA
Item 8	Responder sobre relatório de Candonga.		Coordenação CT-SHQA

172 **Coordenação da CT-SHQA**